

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 19 DE JULHO DE 2019

DÚVIDAS, QUESTIONAMENTOS E SUGESTÕES

	Questionamento	Respostas
1	<p>“Com relação à iluminação urbana o que vem me preocupando é a questão das praças públicas que geralmente são mal iluminadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prioridade para os locais onde são feitos eventos e caminhadas diárias, principalmente à noite. - Inclui na minha demanda o parque linear do Rio Uberabinha. 	<p>É exatamente este benefício e essa efficientização que a PPP da iluminação vem buscar. Fornecer iluminação pública mais eficiente, seguindo as normas técnicas em todas as praças da cidade, onde existe rede de iluminação pública.</p>
2	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existe em alguma cidade do estado em que se comprove a eficiência do projeto e quais foram os benefícios. Quantos municípios. 2. Para o meio ambiente qual será o benefício do descarte desta lâmpadas que serão retiradas, os reatores os indutores de ignição, já que a gente nos ecopontos centenas de lâmpadas para serem dadas como sem destinos, lâmpadas fluorescentes e FLC (Lâmpadas Compactas Fluorescentes). 3. Haverá apresentação de balancete de receita e gasto neste projeto. 4. Será criado um grupo gestor por parte da prefeitura para eventuais ações de fiscalização. 5. O contribuinte vai continuar pagando a taxa de iluminação na conta de conta de energia, por que não utilizar outro órgão arrecadador municipal, para receber esta taxa; e não a concessionária de energia que é Estadual. 6. Haverá investimento p/ novas fontes alternativas de energias renováveis: ex. UFV (Usina Fotovoltaica com lucro auferido). 7. Houve alguns projetos piloto com laudo para comprovar a economia divulgada de 50% em algum bairro da cidade. 8. O Ministério Público está participando deste projeto PPP em que grau. 9. Haverá redução da taxa de iluminação para o contribuinte já que se diz que a economia será de 50%. 10. Haverá aplicação do lucro auferido p/ ações sociais da Prefeitura ou Município. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Todos os estudos apresentados foram aferidos, de forma prática etécnica.O Município de Belo Horizonte já iniciou a modernização, Betim, Contagem e Ribeirão das Neves. O benefício é muito rápido após a instalação, a sensação de visibilidade é muito grande e muito nítida. 2. As lâmpadas com metais atualmente utilizadas têm um baixo percentual de reciclagem, já as lâmpadas de LED são 98% recicláveis. 3.Será feita apresentação através das obrigações de transparência do Município. 4. Sim. A Prefeitura será a fiscal do contrato. Foi aprovada a formação da Diretoria que será responsável pela gestão e fiscalização do contrato. 5.O convênio firmado entre a prefeitura e a CEMIG possibilita a cobrança da taxa de contribuição na conta de energia. Seria complicado ao contribuinte, a prefeitura emitir outro boleto ao cidadão para pagamento. O modelo é um facilitador ao contribuinte e mais eficiente, além de permitir mais segurança ao contrato com a concessionária. 6. O projeto de PPP de Iluminação Pública não contempla investimentos em energia fotovoltaica, mas existem estudos em andamento na Secretaria de Gestão Estratégica junto com o Prefeito para trazer novidades sobre o assunto. Mas não envolve a PPP de IP. O contrato de PPP não restringe tecnologia, nosso contrato é de resultados. Existe no escopo um estímulo à futura contratada, através de bonificação, que será recebida se ultrapassar o

	Questionamento	Respostas
	<p>11. Como se chegou nesta porcentagem de economia em 50% = já que as lâmpadas de LED (Diodo Emissor de Luz) tem um grau de Kelvin de 6.500 k enquanto as outras lâmpadas é menor e o grau de Lumen é concentrado 2.000k – 42.000 Lumens.”</p>	<p>percentual de 49,39% de economia.</p> <p>7. Foram apresentados no PMI estudos luminotécnicos, executados pelo Consórcio IP, com amostragem, atendendo a quantidade normatizada, o que possibilitou a confecção do projeto básico, determinando as potências das luminárias. Os estudos apontaram economia de 49,39%, podendo alcançar um número maior.</p> <p>8. O MP é um órgão de fiscalização e de defesa do patrimônio público. Sem a obrigatoriedade legal, foi feita apresentação aos membros do MP de Uberlândia e, inclusive, disponibilizado todo o material da PPP.</p> <p>9. Os investimentos realizados inicialmente serão amortizados ao longo do contrato, assim, a economia com energia será utilizada para essa amortização. Futuramente, após o pagamento do investimento, é possível, de acordo com a conveniência e oportunidade, atendendo ao interesse público.</p> <p>10. O valor da conta de iluminação pública, primeiramente, será utilizado para o pagamento do contrato, depois no pagamento da energia elétrica e o excedente, se houver, somente poderá ser destinado a outros investimentos em iluminação pública.</p> <p>11. chegamos nos percentuais da economia a ser gerada através do levantamento das luminárias e potências existentes, comparando àquelas que serão instaladas, que possuem menor potência, porém com maior índice de luminosidade. O fator Kelvin indicado nas luminárias apenas indicam a cor, que varia do quente (amarelo), passando pelo neutro até o frio (azulado) e não determinam a potência da luminária.</p>
3	<p>“1. Existe o cadastro por tipo e potência dos 87 mil pontos? Se sim, será disponibilizado? 2. Existe uma previsão de onde serão instalados os pontos de demanda reprimida? Se sim, quais ruas/bairros?”</p>	<p>1. Existe um cadastro com pendência em torno de 10% que será suprida com o contrato de concessão. Será disponibilizado o cadastro atual, com cerca de 82 mil pontos.</p> <p>2. A lista de demanda reprimida está presente no estudo interno. É possível disponibilizar o material.</p>